



PARTE A

LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITEM PARA ME / EPP / MEI

LICITAÇÃO N.º 020/CPL/2018 - SRP
PROCESSO N.º 2371/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 0100 – RECURSO PRÓPRIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.32.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 641

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.1056

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.516.732,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 14:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 14:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI, Conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmmparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Ata de Registro de Preços
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **020/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **19 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **19 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**., horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmmparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI**, Conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos nos seguintes termos:

3.1.1. Para os itens constantes do **Grupo 1 – Ampla Participação** os interessados que atendam aos requisitos deste edital.

3.1.2. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI** as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.



3.1.2.1. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI** haverá uma fase de lances exclusivamente para as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

3.1.2.2. Os interessados que atendam aos requisitos do edital, porém não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, também poderão apresentar propostas de preços para os itens constantes do Grupo2 – Exclusivo para ME/EPP/MEI. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.10 da seção 8 (Julgamento das Propostas), quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face a impossibilidade de se adjudicar os itens a empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

3.1.2.3 Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a nenhum licitante que concorra na qualidade de ME/EPP/MEI, o Pregoeiro procederá à abertura de nova sessão pública, em ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 3.1.2.2, apresentado proposta de preços.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.9 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.9.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.10 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.11 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.12 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:



a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a Declaração que Cumpre Plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

4.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.2 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.



4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto Social com ata da assembleia;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.



5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 020/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 020/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações



- sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
 - e) prazo de entrega será até 30 (TRINTA) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;



7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.



8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances referente aos itens do **Grupo 1 – Ampla Participação**, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.7 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Para o rol de itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI**, não havendo vencedor entre empresas enquadradas como EPP, ME e MEI o Pregoeiro procederá na conformidade com o disposto nos subitens 3.1.2.2 e 3.1.2.3, iniciando a fase de lances entre os proponentes que, mesmo não concorrendo na qualidade de EPP/ME/MEI, tenham apresentado proposta.

8.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta aceitável, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.



8.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.14- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.15 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei 10.520/02.

8.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.18 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:



9.2.1 – Habilitação Jurídica:

- 9.2.1.2 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;
- 9.2.1.3 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;
- 9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;
- 9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;
- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.



- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.3.1.1 – Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.2 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.



9.2.3.1.3 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.3.1.1, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.4 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de Abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.2.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.3 – Qualificação Técnica:

9.2.3.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

9.2.4 – Documentação Complementar

9.2.4.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;



- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigam a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail

ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.



11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art.41 § 2º da Lei 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.



13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Requisitante, através de 3 (três) servidores designados.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinada a ata de registro de preços e retirada a Nota de Empenho o prazo máximo de entrega deverá ser de até 30 (TRINTA) dias, a contar da ordem de fornecimento conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.



15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, da Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.

15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.

16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:



- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores do ÓRGÃO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança



apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.32.00.00.00.00.

DOTAÇÃO: 641

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.1056

22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

22.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

22.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

22.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

22.6 – Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

22.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.



23 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

24 – ESTIMATIVA DE PREÇO

24.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 1.516.732,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)**, conforme especificações do presente processo.

24.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão fixos e irrevogáveis.

24.3 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresse requerimento do contratado, e deverão utilizar o índice do IPCA.

24.4 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

25 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

25.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores quantos necessários para que em função das suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;



- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

26.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

26.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

26.7 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

26.8 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.10 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.11 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.12. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

26.12.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

26.12.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

26.12.3. Cadastro Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

26.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

26.14 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo,



os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

27 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte	A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte	B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo	1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo	2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo	3	-	Modelo de Declaração
Anexo	4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo	5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo	6	-	Projeto Básico
Anexo	7	-	Ata de Registro de Preços
Anexo	8	-	Minuta de Contrato

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA – GRUPO 1
AMPLA PARTICIPAÇÃO

Processo n.º 2371/2018.

Licitação n.º 020/CPL/2018.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI, Conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Agasalho Tactel em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com fechamento em zíper de poliéster médio descartável na cor branco com costura a 0,8 cm da borda, acabamento interno, no braço corte lateral em Tactel 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m medindo 5 cm, punho e cintura em ribana sanfonada e gola com o mesmo tecido do corpo do casaco. Com logomarca da Prefeitura no lado esquerdo do peito bordado medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	6.500		
3	Bermuda Tactel predominante em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal, galão na lateral de 5 cm em microfibra na cor branca com gramatura de 140 g/m e com bolso traseiro sobreposto do lado direito de quem veste a peça. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em maquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600		



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	Calça Tactel em 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com galão lateral em branco com 4 cm de largura. Cintura: elástico de 4 cm pregado na overlock, costurado com linha 100% poliéster 80. Ganchos: gancho na frente fechado em interlock, com linha 100% poliéster 80. Entre pernas: montado (fechado) em interlock com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm, com linha 100% poliéster 120, aplicação de travete de segurança na junção dos ganchos e entre as pernas. Barra: e 3,0 de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno ou em máquina reta 1 agulha ou prespontadeira, com linha 100% poliéster 120. Laterais e viés lateral (friso embutido): montado nas laterais em interlock com aplicação de viés na malha PV (67% poliéster e 33% viscose) na cor branca embutida na costura, sendo o viés com largura de 0,3 cm. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	6.500		
6	Camisa com manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	14.000		
8	Camisa sem manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	13.000		
9	Componentes do cabedal em sintético laminado 1.5 na cor azul Royal. Parte superior cabedal: feito em sintético laminado na cor Azul Royal, com espessura 2.0 com manta com 180 de gramatura; formado pela união das seguintes partes: Língua, Gáspea, Contraforte, Biqueira, Detalhe Lateral e Atacador. Língua: peça integrante do cabedal, situada na parte frontal do calçado subindo pela região do peito do pé. Confeccionado na cor Azul Royal, com sintético laminado de 2.0 com manta com 180 de gramatura, com um forro (pluma), na cor azul Royal com	Par	6.500		



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	gramatura de 90 gramas. Dublada com espuma de 4 mm, sendo fixadas as laterais por costura, contendo sua interior espuma de 5 mm oferecendo melhor conforto e moldagem para os pés. Gáspea: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 perfurado na cor azul Royal, com manta com gramatura de 180 gramas, forrado com termo ponto cinza com gramatura de 200 gramas. Peça lateral: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 na cor Azul Royal com manta com gramatura de 180 gramas, fixada no termo ponto cinza com gramatura mínima de 200 gramas, através de cola spray por costura simples e com costura de zig para enfeite. Espelho: peça integrante do cabedal, confeccionada em sintético laminado 2.0 na cor azul Royal com manta de gramatura de 180 gramas sobre posta na gáspea, contendo 5 ilhoses prata de cada lado do cabedal. Forro Traseiro: o forro interno traseiro do calçado é confeccionado em pluma na cor cinza				
VALOR TOTAL GRUPO 1 R\$					

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 15 (QUINZE) DIAS, APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA – GRUPO 2
EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI

Processo n.º 2371/2018.
Licitação n.º 020/CPL/2018.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI, Conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	Avental Impermeável em PVC forrado na cor branca tamanho 0,70 x 1,20 m.	Unidade	200		
4	Calçado de segurança tipo bota, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano monodensidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação.	Unidade	400		
7	Camisa Pré-Técnico gola V manga Curta, corpo na frente em branco, mangas em azul Royal Pantone 19-4050 TPX, nas costas parte em azul Royal Pantone 19-4050 TPX e a outra em branca a gola 100% acrílica com 3,5 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada. Silk Screen, sendo na frente do lado esquerdo Brasão da Prefeitura de Paracambi e no lado direito Pré-Técnico, nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	2.000		
10	Par de meia escolar Meia colegial com calcanhar verdadeiro gramatura 185g/m no mínimo, cor da meia branca com listra marinho, o punho deve ser tecido misto de algodão, com canelado 1x1, cravado com elastodieno, liso internamente e externamente. Encolhimento: 15%, no Máximo. Alongamento: 15%, no Máximo. Composição da meia 60% algodão 37% poliamida 2% poliéster e 1% elastodieno. Fechamento: a meia deve ser costurada em malha remalhadeira. Todas as meias devem ser passadas de forma que apresentem	Par	6.500		



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	nitidamente o calcanhar e biqueira da meia. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.				
11	Shorts Saia: confeccionada em HELANCA, 100% poliéster, com gramatura mínima de 190g/m, variação permitida 5% (+/-), armação tipo Interloque, variação dimensional permitida (lavagem em máquina caseira) longitudinal (urdume) 1,2% (+/-), transversal (trama) 1,2% (+/-), na azul Pantone 19.4050 TPX. No contorno do sobrepano deverá ser sobreposto e costurado um galão medindo 1cm de largura na cor branca. A cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0 cm embutido e rebatido com máquina de quatro agulhas ponto corrente. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600		
12	Touca Branca com aba, rede e ribana de malha para cozinha.	Unidade	400		
VALOR TOTAL GRUPO 2 R\$					

VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) – R\$

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 15 (QUINZE), APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA
GRUPO 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Agasalho Tactel em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com fechamento em zíper de poliéster médio descartável na cor branco com costura a 0,8 cm da borda, acabamento interno, no braço corte lateral em Tactel 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m medindo 5 cm, punho e cintura em ribana sanfonada e gola com o mesmo tecido do corpo do casaco. Com logomarca da Prefeitura no lado esquerdo do peito bordado medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	6.500	R\$ 40,90	R\$ 265.850,00
3	Bermuda Tactel predominante em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal, galão na lateral de 5 cm em microfibra na cor branca com gramatura de 140 g/m e com bolso traseiro sobreposto do lado direito de quem veste a peça. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em maquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600	R\$ 25,00	R\$ 90.000,00
5	Calça Tactel em 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com galão lateral em branco com 4 cm de largura. Cintura: elástico de 4 cm pregado na overlock, costurado com linha 100% poliéster 80. Ganchos: gancho na frente fechado em interlock, com linha 100% poliéster 80. Entre pernas: montado (fechado) em interlock com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm, com linha 100% poliéster 120, aplicação de travete de segurança na junção dos ganchos e entre as pernas. Barra: e 3,0 de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno ou em máquina reta 1 agulha ou prespontadeira, com linha 100% poliéster 120. Laterais e viés lateral (friso embutido):	Unidade	6.500	R\$ 29,90	R\$ 194.350,00



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	montado nas laterais em interlock com aplicação de viés na malha PV (67% poliéster e 33% viscose) na cor branca embutida na costura, sendo o viés com largura de 0,3 cm. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.				
6	Camisa com manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	14.000	R\$ 19,50	R\$ 273.000,00
8	Camisa sem manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	13.000	R\$ 15,87	R\$ 206.310,00
9	Componentes do cabedal em sintético laminado 1.5 na cor azul Royal. Parte superior cabedal: feito em sintético laminado na cor Azul Royal, com espessura 2.0 com manta com 180 de gramatura; formado pela união das seguintes partes: Língua, Gáspea, Contraforte, Biqueira, Detalhe Lateral e Atacador. Língua: peça integrante do cabedal, situada na parte frontal do calçado subindo pela região do peito do pé. Confeccionado na cor Azul Royal, com sintético laminado de 2.0 com manta com 180 de gramatura, com um forro (pluma), na cor azul Royal com gramatura de 90 gramas. Dublada com espuma de 4 mm, sendo fixadas as laterais por costura, contendo sua interior espuma de 5 mm oferecendo melhor conforto e moldagem para os pés. Gáspea: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 perfurado na cor azul Royal, com manta com gramatura de 180 gramas, forrado com termo ponto cinza com gramatura de 200 gramas. Peça lateral: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 na cor Azul Royal com manta com gramatura de 180 gramas, fixada no termo ponto cinza com gramatura mínima de 200	Par	6.500	R\$ 48,40	R\$ 314.600,00



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	gramas, através de cola spray por costura simples e com costura de zig para enfeite. Espelho: peça integrante do cabedal, confeccionada em sintético laminado 2.0 na cor azul Royal com manta de gramatura de 180 gramas sobre posta na gáspea, contendo 5 ilhoses prata de cada lado do cabedal. Forro Traseiro: o forro interno traseiro do calçado é confeccionado em pluma na cor cinza				
VALOR TOTAL GRUPO 1 R\$ 1.344.110,00 (UM MILHÃO, TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, CENTO E DEZ REAIS).					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS ESTADOS



GRUPO 2 – EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	Avental Impermeável em PVC forrado na cor branca tamanho 0,70 x 1,20 m.	Unidade	200	R\$ 14,98	R\$ 2.996,00
4	Calçado de segurança tipo bota, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano monodensidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação.	Unidade	400	R\$ 62,83	R\$ 25.132,00
7	Camisa Pré-Técnico gola V manga Curta, corpo na frente em branco, mangas em azul Royal Pantone 19-4050 TPX, nas costas parte em azul Royal Pantone 19-4050 TPX e a outra em branca a gola 100% acrílica com 3,5 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada. Silk Screen, sendo na frente do lado esquerdo Brasão da Prefeitura de Paracambi e no lado direito Pré-Técnico, nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	2.000	R\$ 16,47	R\$ 32.940,00
10	Par de meia escolar Meia colegial com calcanhar verdadeiro gramatura 185g/m no mínimo, cor da meia branca com listra marinho, o punho deve ser tecido misto de algodão, com canelado 1x1, cravado com elastodieno, liso internamente e externamente. Encolhimento: 15%, no Máximo. Alongamento: 15%, no Máximo. Composição da meia 60% algodão 37% poliamida 2% poliéster e 1% elastodieno. Fechamento: a meia deve ser costurada em malha remalhadeira. Todas as meias devem ser passadas de forma que apresentem nitidamente o calcanhar e biqueira da meia. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Par	6.500	R\$ 4,66	R\$ 30.290,00
11	Shorts Saia: confeccionada em HELANCA, 100% poliéster, com gramatura mínima de 190g/m, variação permitida 5% (+/-), armação tipo Interloque, variação dimensional permitida (lavagem em máquina caseira) longitudinal (urdume) 1,2% (+/-), transversal (trama) 1,2% (+/-), na azul Pantone 19.4050 TPX. No contorno do sobrepano deverá ser sobreposto e costurado um galão medindo 1cm de largura na cor branca. A cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0 cm embutido e rebatido com máquina de quatro agulhas ponto corrente. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600	R\$ 20,44	R\$ 73.584,00
12	Touca Branca com aba, rede e ribana de malha para cozinha.	Unidade	400	R\$ 19,20	R\$ 7.680,00



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL GRUPO 2 R\$ 172.622,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E VINTE E DOIS REAIS)					

VALOR TOTAL GERAL (GRUPO 1 + GRUPO 2) – R\$ 1.516.732,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS ESTADOS



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº **020/CPL/2018**.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 020/CPL/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº **020/CPL/2018**.

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº 020/CPL/2018.

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

PROJETO BÁSICO

OBJETIVO

O presente tem por objeto o **Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço com fornecimento de material (Uniformes)**, para os alunos e funcionários das Unidades Escolares e Projetos ligados a Secretaria Municipal de Educação e Esporte da Prefeitura Municipal Paracambi, conforme especificações e quantidades descritas neste projeto básico e nos seus respectivos anexos.

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

Justificamos a solicitação de contratação de empresa especializada na aquisição de uniforme para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Paracambi, tendo em vista o aumento de novas matrículas, e, ainda, a necessidade de troca de todo o uniforme escolar que vêm sendo utilizado pelos alunos já matriculados, nas quantidades e medidas necessárias para atender a esta demanda, visando estimular a permanência dos mesmos nas Unidades Escolares, e contribuir para seu pleno desenvolvimento escolar e exercício da cidadania.

Ressaltamos ainda que a aquisição de uniformes para os funcionários é necessária para a padronização e a boa apresentação dos cozinheiros e merendeiras no ambiente de trabalho das cozinhas escolares, bem como para a segurança e higiene no preparo dos alimentos que serão consumidos pelos alunos.

Concluimos que os uniformes escolares serão distribuídos para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de substituir àqueles que não se encontram mais em condições de uso, por causa do seu desgaste natural e, ainda, para os alunos novos da Rede Municipal.

- Permite um controle no aspecto de segurança, visto que podemos diferenciar os alunos de visitantes na escola;
- Evita o uso de roupas inadequadas, ou ainda, não apropriadas para assistir as aulas;
- Os alunos são facilmente identificados pela comunidade no trajeto residência/escola, escola/residência;
- Organiza o Ambiente Escolar.

DAS ESPECIFICAÇÕES

Especificações contidas nos Anexos I e II deste projeto básico.



OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Além de outras obrigações estipuladas neste projeto básico ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem, ainda, obrigações do Fornecedor:

- Proceder ao fornecimento dos uniformes dos alunos e funcionários, indicados no Anexos I e II deste projeto básico, de acordo com as suas especificações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ter sido comunicado;
- Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.
- Reconhecer que a **SMEE** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o Fornecedor por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, onde quer que estejam prestando os serviços objeto deste projeto básico;
- Disponibilizar todos os equipamentos, insumos e mão de obra necessária à integral execução dos serviços contratados, sendo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste;
- Todos os uniformes deverão ser entregues embalados em sacos plásticos individuais e separados em KIT'S de acordo com o solicitado; ainda deverão estar acondicionados em caixas de papelão, nas quais deverão estar indicadas as especificações e quantidades nelas contidas, bem como a Unidade Escolar a qual se destina;
- A licitante vencedora deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, três (3) meses a partir da data de entrega da mercadoria;
- Proceder à substituição do produto indicado no **Anexo I** que for entregue fora de suas especificações, no prazo máximo de cinco (05) dias após ter sido comunicada;
- Quanto a identificação do produto: a etiqueta de identificação de tamanho deverá ser afixada na peça conforme Especificações Técnicas e ainda para facilitar a distribuição, dos tênis, deverão ser aplicadas etiquetas autoadesiva branca, na embalagem plástica de maneira visível.
- Todos os itens deverão estar isentos de qualquer defeito que comprometa sua apresentação, íntegro, montada corretamente e as suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

As Amostras

No momento do certame, o licitante declarado vencedor, será convidado, a apresentar no prazo de até 2 (dias) dias úteis, as seguintes amostras, conforme descrito nos Anexo I e II:

➤ 02 (duas) baby look Pré-Técnico	Tam. 10	e	Tam. P
➤ 02 (duas) bermuda tactel	Tam. 10	e	Tam. P
➤ 02 (duas) camisa com manga	Tam. 10	e	Tam. P



➤ 02 (duas) camisa sem manga	Tam. 10	e	Tam. P
➤ 02 (duas) camisa Projeto Pré-Técnico	Tam. 10	e	Tam. P
➤ 02 (dois) short-saia	Tam. 10	e	Tam. P
➤ 02 (dois pares) de tênis	Tam. 18	e	Tam. 30
➤ 02 (dois pares) de calçado de segurança tipo bota	Tam. 37	e	Tam. 44
➤ 01 (um) avental	Tam. único		
➤ 01 (um) touca	Tam. único		

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O pagamento será em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, sendo encaminhado o pagamento através de nota fiscal emitida pelo fornecedor, que necessariamente será confirmado e atestado por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação.

OBSERVAÇÕES

Prazo de Entrega: O comprometente receberá a Autorização de Fornecimento estabelecida pela SMEE, e terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para efetuar a entrega.

Forma e Local de Entrega: A LICITANTE vencedora, deverá apresentar os produtos solicitados, junto ao Almoxarifado da SMEE, localizado à Rua Alberto Leal Cardoso s/nº – Centro – Paracambi, para conferência e, após, realizar a entrega PONTO A PONTO, nas Unidades Educacionais do Município de Paracambi-RJ.

-Conforme relação das quantidades dos Uniformes que se encontram descritas no Anexo III deste projeto básico.

- Conforme a relação de Escolas/ Endereço, que se encontram descritas no Anexo VI deste projeto básico.

Período de Vigência do Contrato: 12 (doze) meses.

Condição de Pagamento: Atendemos o previsto no art 40, XIV, da Lei Federal nº 8666/93.

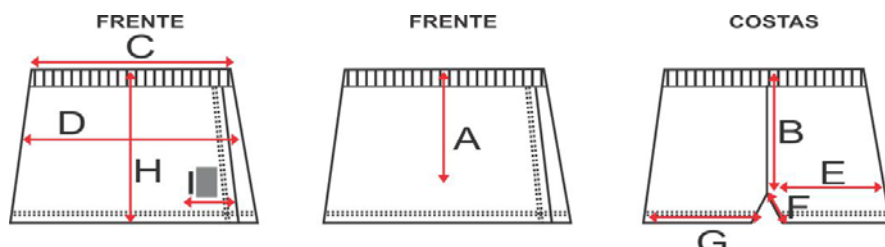
Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Origem de Recursos	Cód. Reduzido
12.01.12.361.0029.1056	3.3.9.0.32.00.00.00.00	Próprios	641

Responsável pela elaboração do Projeto



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS UNIFORMES

A) SHORT-SAIA - HELANCA.



1) Modelo

SHORTS SAIA: confeccionada em HELANCA, 100% poliéster, com gramatura mínima de 190g/m², variação permitida 5% (+/-), armação tipo Interloque, variação dimensional permitida (lavagem em máquina caseira) longitudinal (urdume) 1,2% (+/-), transversal (trama) 1,2% (+/-), na azul Pantone 19.4050 TPX. No contorno do sobre pano deverá ser sobreposto e costurado um galão medindo 1cm de largura na cor branca. A cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0 cm embutido e rebatido com máquina de quatro agulhas ponto corrente.

Montagem: Fechamento de entre pernas e sobre pano em maquina overloque, com 2,5 pontos/cm, tolerância de 0,5 ponto por cm, costuras com linha 100% poliéster titulagem 120 para reforço.

Cintura: Elástico de 4cm pregado no overloque e rebatido na maquina elastiqueira de catraca 4 agulhas ponto corrente costuradas em anel. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

Ganchos: gancho frontal e traseiro (costa), montado (fechado) em overloque com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

Laterais: montado (fechado) em overloque com 3,5 fios/cm, com tolerância de 0,5 pontos por cm, Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster.

Bainha da Perna: Barra com 2,5 cm de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 3,5 fios/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster.

Sobre pano (Sobre saia): acréscimo de sobre pano frontal, formando o formato de saia, preso na lateral esquerda através de fechamento em overloque e no cóc juntamente com o elástico da cintura, lateral esquerda e bainha com 1,0cm de largura com costura na galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, com tolerância de 0,5 ponto por cm, A saia sobreposta deverá conter um friso nas laterais na largura de 3,0 cm na cor Branca, Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

No meio da parte traseira interna da cintura deve ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.

A tolerância de variação na gramatura e medidas de 5%.

A linha utilizada para a confecção da bermuda é 100% poliéster, nº. 120.



Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos transparentes.

O Short Saia deve estar isento de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – SHORT SAIA

Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14
A	Gancho	17	18	19	20	21	22	23
B	Gancho Costa	21,5	22,5	23,5	24,5	25,5	26,5	27,5
C	Cintura	18	20	22	24	26	28	30
D	Quadril	32	34	35	37	39	41	43
E	Coxa	20	21	22	23	24	25	26
F	Entre Pernas	10,5	11	11,5	12	12,5	13	14
G	Abertura Pernas	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	22
H	Altura da Saia	25,5	27	28,5	30	31,5	33	35
I	Etiqueta de Bordado	6	6	6	6	6	6	6

3) TECIDO

- a) Tecido: helanca
- b) Armação: Interloque
- c) Composição: 100% Poliéster
- d) Gramatura: 190 gr (+/- 5%)
- e) Resistência ao Peeling: Grau 3 (mínimo)
- f) Resistência ao Estouro: 686 Kpa no mínimo.
- g) Estabilidade Dimensional: Comprimento (+/- 9%) e largura (+/- 9%)
- h) Solidez da cor a lavagem: Alteração $\frac{3}{4}$ mínimo e Transferência $\frac{3}{4}$ mínimo
- i) Solidez da cor a luz solar: Grau $\frac{3}{4}$ mínimo para alteração da tonalidade
- j) Solidez ao cloro: Grau 3 (mínimo) para alteração de cor
- k) Solidez da cor ao suor: Suor ácido alteração $\frac{2}{3}$ mínimo e suor alcalino alteração $\frac{2}{3}$ mínimo
- l) Cor Shorts Saia: Azul Pantone 19-4050TPX
- m) Cor do galão lateral: BRANCO 100% algodão



4-LOGOTIPIA

No Shorts Saia, será uma aplicação de Bordado do **Brasão do Município de Paracambi** medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 micrones base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado.

B) CAMISA COM MANGA ESCOLAR: Gola “V” manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada.

Montagem: montagem (fechamento) do corpo e mangas em overloque, costuras com 5 a 6 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

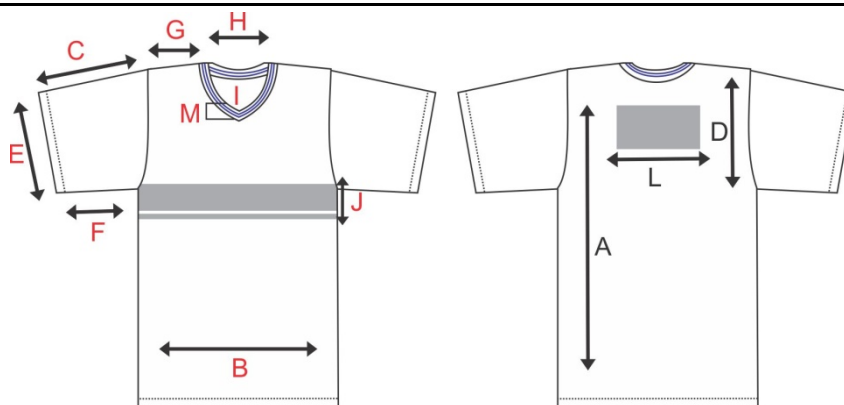
Gola: 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

Barra Corpo e Mangas: Barra com 2,5 cm de largura, dobrada e com costura de acabamento em galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

Cavas: fechamento interno em overloque com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 ponto por cm.

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – CAMISA COM MANGA

Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Comprimento do corpo	30,5	49,0	52,0	54,0	61,0	63,0	64,0	66,5	65,5	68,0	71,0	73,0
B	Largura do corpo	32,5	34,0	36,0	40,0	43,0	45	46,5	47,5	48,5	50,0	53,5	59,0
C	Comprimento da manga	12,5	13,5	14,5	15,5	16,0	17,0	18,0	19,0	19,5	21,0	22,0	24
D	Abertura da cava	13,5	14,0	15,5	16,5	17,0	18,0	19,0	20,0	22,0	23,0	23,5	24,0
E	Abertura da manga	11	11,5	12,	12,5	13	13,5	14,5	16,0	17,5	18,5	19,5	20,0
F	Comprimento antebraço	9,0	10,0	11,0	11,5	11,5	12,5	13,5	16,0	17,0	18,0	18,5	19,0
G	Comprimento ombros	7,5	9,5	10,0	10,5	11,5	12,5	13,0	14,0	14,5	15,5	16,5	17,5
H	Abertura traseira gola	16,5	17,0	18,5	19,5	21	22	23,0	23,5	24,5	25,5	26	26,5
I	Profundidade da Gola	14	17	17	17	17	18	19	19	19	21,5	21,5	22,0
J	Largura 1ª faixa silk	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
J	Largura 2ª faixa silk	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
M	Altura da gola	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
L	Largura silk costas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
	Tamanho Brasão	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0



2) TECIDO

- a) Tecido: Meia malha
- b) Composição da malha do corpo: 67% Poliéster 33% Viscose
- c) Composição da gola: 100% acrílica
- d) Armação: Jersey
- e) Título do fio: 30/1
- f) Gramatura: 145 gr (+/- 5%)
- g) Variação dimensional: Após lavagem, no máximo 5% em qualquer direção
- h) Metamerismo: O tecido tingido não deve apresentar metamerismo
- i) Cor das listras da Gola: AZUL Pantone 19-4050 TPX
- j) Cor de Corpo: Branca,
- k) Resistência ao Peeling: Grau 4 (mínimo)
- l) Resistência ao estouro: 686 Kpa, no mínimo
- m) Solidez da cor a Lavagem: No mínimo grau 4, tanto para alteração quanto para transferência de cor.
- n) Solidez da cor a fricção: No mínimo grau 4 para transferência de cor no ensaio úmido e grau 5 para transferência de cor no ensaio seco
- o) Solidez da cor a luz solar: Grau 4 mínimos para alteração de tonalidade.
- p) Solidez da cor a ação do ferro de passar a quente: Grau 4 mínimos tanto para transferência quanto para alteração de cor, quando submetido ao ensaio úmido. Grau 4 mínimos tanto para transferência quanto para alteração de cor quando submetido ao ensaio de suor ácido e de suor alcalino
- q) Solidez ao cloro: Grau 5 para alteração de cor



4-LOGOTIPIA

Na Camiseta, deverá ser estampado em processo, Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo.

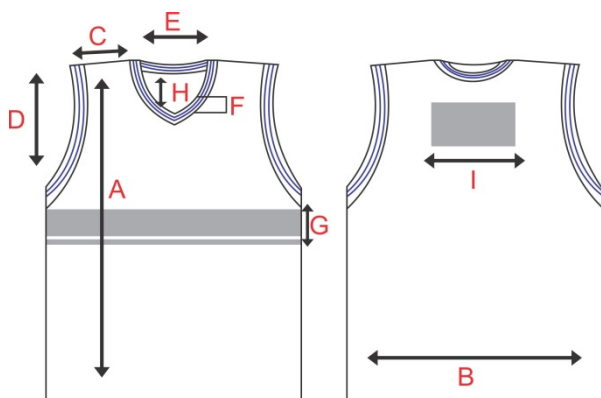
C) CAMISETA SEM MANGA ESCOLAR: Gola "V" regata machão, gola 100% acrílica com 3,5cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada.

Montagem: montagem (fechamento) do corpo em overloque, costuras com 5 a 6 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm, com linha 100% poliéster 120.

Gola e cava: 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

Barra Corpo: Bainha com 2,5 cm de largura, dobrada e com costura de acabamento em galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm, com linha 100% poliéster 120.

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – CAMISETA SEM MANGA



Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Comprimento do corpo	30,5	49,0	52,0	54,0	61,0	63,0	64,0	66,5	65,5	68,0	71,0	73,0
B	Largura do corpo	32,5	34,0	36,0	40,0	43,0	45	46,5	47,5	48,5	50,0	53,5	59,0
C	Comprimento ombros	7,5	9,5	10,0	10,5	11,5	12,5	13,0	14,0	14,5	15,5	16,5	17,5
D	Abertura da cava	16,0	17	17,5	18,5	18,5	19	19,5	20,5	22,5	23,0	23,5	24,5
E	Abertura traseira gola	16,5	17,0	18,5	19,5	21	22	23,0	23,5	24,5	25,5	26	26,5
F	Altura da gola	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
G	Largura 1ª faixa silk	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
G	Largura 2ª faixa silk	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
H	Profundidade da Gola	14	17	17	17	17	18	19	19	19	21,5	21,5	22,0



I	Largura silk costas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
	Tamanho Brasão	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

3) TECIDO:

- a) Tecido: Meia malha
- b) Composição: 67% Poliéster 33% Viscose
- c) Composição da ribana: 67% Poliéster 33% Viscose
- d) Armação: Jersey
- e) Título do fio: 30/01
- f) Gramatura: 145 gr (+/- 5%)
- g) Variação dimensional: Após lavagem, no máximo 5% em qualquer direção
- h) Metamerismo: O tecido tingido não deve apresentar metamerismo
- i) Cor da gola, e cava: Azul Pantone 19-4050 TPX.
- j) Cor de Corpo: Branca
- k) Resistência ao Pilling: Grau 4 (mínimo)
- l) Resistência ao estouro: 686 Kpa, no mínimo
- m) Solidez da cor a Lavagem: No mínimo grau 4, tanto para alteração quanto para transferência de cor.
- n) Solidez da cor a fricção: No mínimo grau 4, para transferência de cor no ensaio úmido, grau 5, para transferência de cor no ensaio seco.
- o) Solidez da cor a luz solar: Grau 4 mínimos para alteração de tonalidade.
- p) Solidez da cor a ação do ferro de passar a quente: Grau 4 mínimos, tanto para transferência quanto para alteração de cor, quando submetido ao ensaio úmido, Grau r mínimo tanto para transferência quanto para alteração de cor quando submetido ao ensaio de suor ácido e de suor alcalino.
- q) Solidez ao cloro: Grau 5 para alteração de cor

4 -LOGOTIPIA

Na Camiseta, deverá ser estampado em processo, Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo

- D) CAMISA COM MANGA PRÉ-TÉCNICO:** Gola “V” manga Curta, corpo na frente em branco, mangas em azul Royal Pantone 19-4050 TPX, nas costas parte em azul Royal Pantone 19-4050 TPX e a outra em branca a gola 100% acrílica com 3,5 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada.



Montagem: montagem (fechamento) do corpo e mangas em overloque, costuras com 5 a 6 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

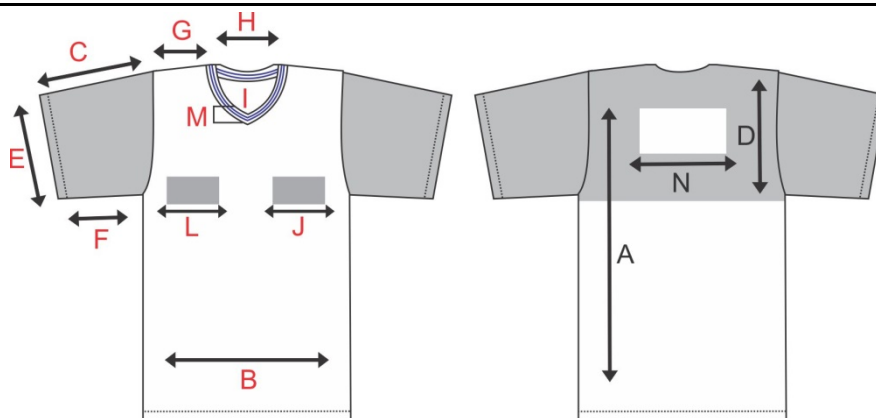
Gola: 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

Barra Corpo e Mangas: Barra com 2,5 cm de largura, dobrada e com costura de acabamento em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm.

Cavas: fechamento interno em overloque com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 ponto por cm.

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – CAMISA COM MANGA

Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Comprimento do corpo Branco	18,3	29,4	31,2	32,4	36,6	37,8	38,4	39,9	39,3	40,8	42,6	43,8
B	Largura do corpo	32,5	34,0	36,0	40,0	43,0	45	46,5	47,5	48,5	50,0	53,5	59,0
C	Comprimento da manga	11,0	12,0	13,0	14,0	15,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0	22,5
D	Comprimento do corpo Azul Royal	12,2	19,6	20,8	21,6	24,4	25,2	25,6	26,6	26,2	27,2	28,4	29,2
E	Abertura da manga	10,5	11,0	11,5	12,0	12,5	13,0	13,5	14,0	16,5	17,0	17,5	18,0
F	Comprimento antebraço	9,0	10,0	11,0	11,5	11,5	12,5	13,5	16,0	17,0	18,0	18,5	19,0
G	Comprimento ombros	7,5	9,5	10,0	10,5	11,5	12,5	13,0	14,0	14,5	15,5	16,5	17,5
H	Abertura traseira gola	14,0	14,0	14,0	14,5	15,0	15,5	16,0	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5
I	Profundidade da Gola	9,0	9,0	9,0	9,0	10,0	10,0	10,0	11,0	11,5	11,5	11,5	12,0
J	Brasão	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
L	Escrita “Pré-Técnico”	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
M	Altura da gola	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
N	Largura silk costas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14



3) TECIDO

a) Tecido: Meia malha

b) Composição da malha do corpo: 67% Poliéster 33% Viscose

c) Composição da gola: 100% acrílica

d) Armação: Jersey

e) Título do fio: 30/1

f) Gramatura: 145 gr (+/- 5%)

g) Variação dimensional: Após lavagem, no máximo 5% em qualquer direção

h) Metamerismo: O tecido tingido não deve apresentar metamerismo

i) Cor das listras da Gola: Azul Royal Pantone 19-4050 TPX

j) Cor de Corpo: Branca e Azul Royal Pantone 19-4050 TPX,

k) Resistência ao Peeling: Grau 4 (mínimo)

l) Resistência ao estouro: 686 Kpa, no mínimo

m) Solidez da cor a Lavagem: No mínimo grau 4, tanto para alteração quanto para transferência de cor.

n) Solidez da cor a fricção: No mínimo grau 4 para transferência de cor no ensaio úmido e grau 5 para transferência de cor no ensaio seco

o) Solidez da cor a luz solar: Grau 4 mínimos para alteração de tonalidade.

p) Solidez da cor a ação do ferro de passar a quente: Grau 4 mínimos tanto para transferência quanto para alteração de cor, quando submetido ao ensaio úmido. Grau 4 mínimos tanto para transferência quanto para alteração de cor quando submetido ao ensaio de suor ácido e de suor alcalino

q) Solidez ao cloro: Grau 5 para alteração de cor



4-LOGOTIPIA

Na Camiseta, deverá ser estampado em processo, Silk Screen, sendo na frente do lado esquerdo Brasão da Prefeitura de Paracambi e no lado direito "Pré-Técnico", nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo.

- E) BERMUDA TACTEL:** predominante em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m² na cor azul Royal, galão nas laterais com 5 cm em microfibra na cor branca com gramatura de 140 g/m² e com bolso traseiro sobreposto do lado direito de quem veste a peça.

Montagem: Fechamento de entre pernas e sobre pano em maquina overloque, com 2,5 pontos/cm, tolerância de 0,5 ponto por cm, costuras com linha 100% poliéster titulação 120 para reforço.

Cintura: Elástico de 4cm pregado no overloque e rebatido na máquina elástica de catraca 4 agulhas ponto corrente costuradas em anel. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

Ganchos: gancho frontal e traseiro (costa), montado (fechado) em overloque com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

Laterais: montado (fechado) em overloque com 3,5 fios/cm, com tolerância de 0,5 pontos por cm, Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster 120.

Bainha da Perna: Barra com 2,5 cm de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 3,5 fios/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Todas as operações deverão ser realizadas utilizando-se linha 100% poliéster.

No meio da parte traseira interna da cintura deve ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.

A tolerância de variação na gramatura e medidas de 5%.

A linha utilizada para a confecção da bermuda é 100% poliéster, nº. 120.

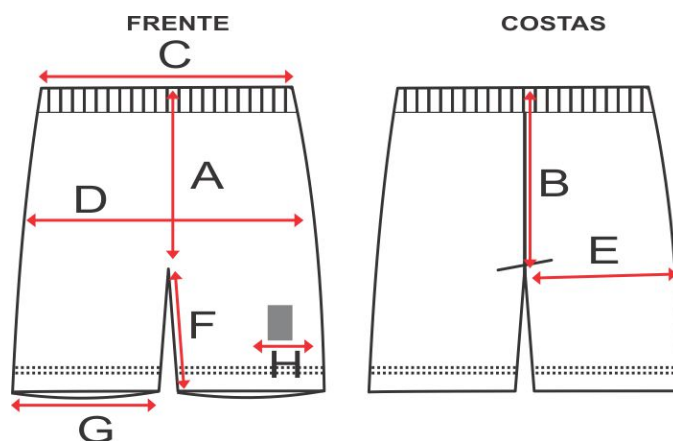
Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos transparentes.

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – BERMUDA TACTEL

Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Gancho frente	20	21	22	23	24	25	26	27	30	32	34	36
B	Gancho Costas	25	26	27	28	29	30	31	32	36	38	40	42
C	Cintura	20	22	24	26	28	30	32	34	36	38	40	42
D	Quadril	37	39	41	43	45	47	49	51	55	57	59	61
E	Coxa	23	24	25	26	27	28	29	30	33	34	35	36



F	Entre Pernas	15	17	19	20	21	22	23	24	25	27	29	30
G	Abertura Pernas	17	18	19	20	21	22	23	24	26	27	28	29
H	Etiqueta de Bordado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6



3) TECIDO

- a) Tecido: tactel 4 cabos 100% poliamida
- b) Armação: Interloque
- c) Composição: 100% Poliéster
- d) Gramatura: 170 gr (+/- 5%)
- e) Resistência ao Peeling: Grau 3 (mínimo)
- f) Resistência ao Estouro: 686 Kpa no mínimo.
- g) Estabilidade Dimensional: Comprimento (+/- 9%) e largura (+/- 9%)
- h) Solidez da cor a lavagem: Alteração ¼ mínimo e Transferência ¼ mínimo
- i) Solidez da cor a luz solar: Grau ¼ mínimo para alteração da tonalidade
- j) Solidez ao cloro: Grau 3 (mínimo) para alteração de cor
- k) Solidez da cor ao suor: Suor ácido alteração 2/3 mínimo e suor alcalino alteração 2/3 mínimo
- l) Cor: Azul Pantone 19-4050TPX
- m) Cor do galão lateral: BRANCO 100% poliéster microfibra



4-LOGOTIPIA

Na Bermuda Tactel, será uma aplicação de Bordado do **Brasão do Município de Paracambi** medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado.

F) TÊNIS ESCOLAR: confeccionado a partir da união de duas partes independentes (cabedal e solado) que por sua vez se fundem pelo processo denominado injeção direta. Tal método de produção não usa adesivos para união destas duas partes integrantes do calçado.

Deverá ser utilizada uma forma com design moderno, com perfil ergonomicamente desenvolvido, proporcionando maior conforto ao caminhar. Bico levemente elevado para facilitar a locomoção e desempenho, diminuindo o atrito e esforço do pé quando exigido neste movimento, servindo também para aliviar o cansaço durante a articulação. Por se tratar de um produto em produção fabril exige-se que as dimensões dos calçados acompanhem os padrões comerciais.

Componentes do cabedal: em sintético laminado 1.5 na cor azul Royal.

Parte superior cabedal: feito em sintético laminado na cor Azul Royal, com espessura 2.0 com manta com 180 de gramatura; formado pela união das seguintes partes: Língua, Gáspea, Contraforte, Biqueira, Detalhe Lateral e Atacador.

Língua: peça integrante do cabedal, situada na parte frontal do calçado subindo pela região do peito do pé. Confeccionado na cor Azul Royal, com sintético laminado de 2.0 com manta com 180 de gramatura, com um forro (pluma), na cor azul Royal com gramatura de 90 gramas. Dublada com espuma de 4 mm, sendo fixadas as laterais por costura, contendo sua interior espuma de 5 mm oferecendo melhor conforto e moldagem para os pés.

Gáspea: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 perfurado na cor azul Royal, com manta com gramatura de 180 gramas, forrado com termo ponto cinza com gramatura de 200 gramas.

Peça lateral: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 na cor Azul Royal com manta com gramatura de 180 gramas, fixada no termo ponto cinza com gramatura mínima de 200 gramas, através de cola spray por costura simples e com costura de zig para enfeite.

Espelho: peça integrante do cabedal, confeccionada em sintético laminado 2.0 na cor azul Royal com manta de gramatura de 180 gramas sobre posta na gáspea, contendo 5 ilhoses prata de cada lado do cabedal.

Forro Traseiro: o forro interno traseiro do calçado é confeccionado em pluma na cor cinza com gramatura de 120 gramas e dublado com espuma de 4 mm, contento na interior espuma de 15 mm.

Biqueira: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 na cor azul Royal, com manta com gramatura de 180 gramas e com transfer de couraça C41 com espessura de 5 mm que serve de reforço e melhor moldagem na biqueira do calçado. Esta peça é costurada na frente da gáspea através de costura dupla.

Contraforte: peça integrante do cabedal, confeccionada em sintético laminado 1.5 na cor azul Royal, com manta com gramatura de 120. Esta peça é costurada na traseira do calçado através de costura simples (depois unida pela costura zig).

Palmilha de acabamento: constituída em E.V.A, espessura mínima de 4 mm, dublada com tecido com gramatura mínima de 90 na cor cinza

Palmilha de ensacar: confeccionada em termoponto costurado (forro bola) na cor branca com gramatura de 150.

Atacador: o comprimento do atacador será proporcional para cada tamanho de calçado, podendo até chegar 1300 mm, e as ponteiros até 20 mm.



Solado: deverá ser formado pela parte inferior do calçado, sendo constituído na cor branca, será monocolor com dureza de 65 de PVC .

- G) Agasalho Tactel** em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m² na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com fechamento em zíper de poliéster médio descartável na cor branco com costura a 0,8 cm da borda, acabamento interno, no braço corte lateral em Tactel 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m medindo 5 cm, punho e cintura em ribana sanfonada e gola com o mesmo tecido do corpo do casaco. Com logomarca da Prefeitura no lado esquerdo do peito bordado medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. **Tamanhos a serem definidos pela secretaria.**

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – CASACO TACTEL

Item	Descrição	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	EXG
A	Comprimento Total	42,0	44,0	47,0	50,0	53,0	57,0	61,0	65,0	68,0	70,0	72,0	74,0	76,0
B	Peito	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0	54,0	57,0	60,0
C	Musculo	15,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	21,0	22,0	23,0	24,0	25,0	26,0	27,0
D	Abertura da Gola	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	16,0	16,0	16,0	16,0	17,0	17,0	18,0	18,0
E	Abertura da Barra	25,0	27,0	29,0	31,0	33,0	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	46,0	48,0	52,0
F	Profundidade Decote	6,0	6,5	6,5	6,5	6,5	7,0	7,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,5	8,5
G	Comprimento Manga	42,0	44,0	47,0	50,0	54,0	57,0	61,0	64,0	68,0	71,0	74,0	76,0	78,0
H	Abertura Punho	6,5	7,0	7,5	7,5	8,0	8,0	8,5	9,0	9,0	9,5	10,0	10,5	11,0
I	Altura Gola	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
J	Comprimento zíper	32,0	34,0	36,0	39,0	42,0	44,5	48,5	52,5	56,5	58,0	60,0	62,0	64,0
K	Altura do Punho	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	7,0	7,0	7,0
L	Altura da Barra	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	7,0	7,0	7,0
M	Etiqueta de Bordado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	H



3) TECIDO

- a) Tecido: tactel 4 cabos 100% poliamida
- b) Armação: Interloque
- c) Composição: 100% Poliéster
- d) Gramatura: 170 gr (+/- 5%)
- e) Resistência ao Peeling: Grau 3 (mínimo)
- f) Resistência ao Estouro: 686 Kpa no mínimo.
- g) Estabilidade Dimensional: Comprimento (+/- 9%) e largura (+/- 9%)
- h) Solidez da cor a lavagem: Alteração $\frac{3}{4}$ mínimo e Transferência $\frac{3}{4}$ mínimo
- i) Solidez da cor a luz solar: Grau $\frac{3}{4}$ mínimo para alteração da tonalidade
- j) Solidez ao cloro: Grau 3 (mínimo) para alteração de cor
- k) Solidez da cor ao suor: Suor ácido alteração $\frac{2}{3}$ mínimo e suor alcalino alteração $\frac{2}{3}$ mínimo
- l) Cor: Azul Pantone 19-4050TPX
- m) Cor do galão lateral: BRANCO 100% poliéster microfibra

4-LOGOTIPIA

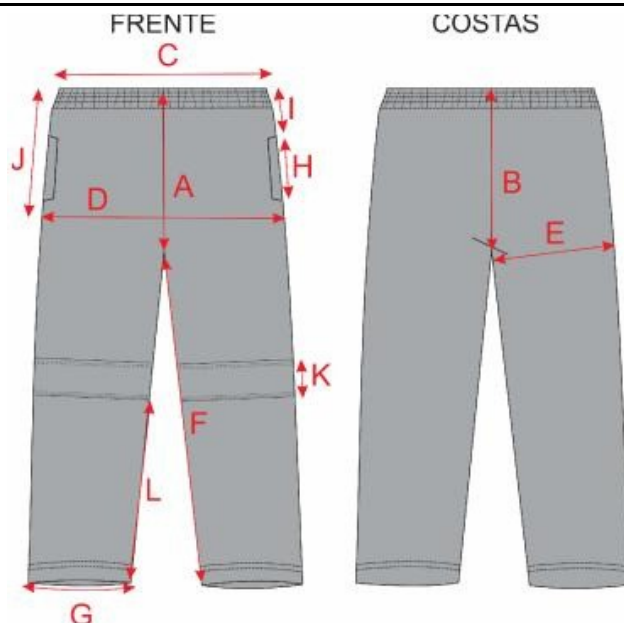
No Casaco tactel, será uma aplicação de Bordado do **Brasão do Município de Paracambi** medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado.



- H) **Calça Tactel** em 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m² na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com galão lateral em branco com 4 cm de largura. Cintura: elástico de 4 cm pregado na overlock, costurado com linha 100% poliéster 80. Ganchos: gancho na frente fechado em interlock, com linha 100% poliéster 80. Entre pernas: montado (fechado) em interlock com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm, com linha 100% poliéster 120, aplicação de travete de segurança na junção dos ganchos e entre as pernas. Barra: e 3,0 de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno ou em máquina reta 1 agulha ou prespontadeira, com linha 100% poliéster 120. Laterais e viés lateral (friso embutido): montado nas laterais em interlock com aplicação de viés na malha PV (67% poliéster e 33% viscose) na cor branca embutida na costura, sendo o viés com largura de 0,3 cm. **Tamanhos a serem definidos pela secretaria.**

2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – CALÇA TACTEL

Item	Descrição	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	EGG
A	Gancho Frente	19,0	20,0	21,0	22,0	23,0	24,0	25,0	26,0	27,0	30,0	32,0	34,0	36,0	37,0
B	Gancho Costas	24,0	25,0	26,0	27,0	28,0	29,0	30,0	31,0	32,0	36,0	38,0	40,0	42,0	43,0
C	Cintura	19,0	20,0	22,0	24,0	26,0	28,0	30,0	32,0	34,0	36,0	38,0	40,0	42,0	44,0
D	Quadril	35,0	37,0	39,0	41,0	43,0	45,0	47,0	49,0	51,0	55,0	57,0	59,0	61,0	63,0
E	Coxa	22,0	23,0	24,0	25,0	26,0	27,0	28,0	29,0	30,0	33,0	34,0	35,0	36,0	37,0
F	Entre Pernas	27,0	34,0	44,0	48,0	52,0	56,0	61,0	64,0	68,0	72,0	75,0	78,0	81,0	82,0
G	Abertura Pernas	12,0	13,0	14,0	15,0	16,0	17,0	18,0	19,0	20,0	22,0	23,0	24,0	25,0	26,0
H	Abertura Bolso Embutido	9,0	11,0	11,0	11,0	11,0	13,0	13,0	13,0	13,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0
I	Distância do Bolso a Borda do cóc c/ elástico 4cm	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
J	Altura para medir o quadril	16,0	16,0	18,0	18,0	18,0	20,0	20,0	20,0	20,0	24,0	24,0	24,0	24,0	24,0
K	Altura da joelheira	8,0	9,0	10,0	11,0	12,0	12,0	13,0	13,0	14,0	14,0	15,0	16,0	17,0	17,0
L	Distância da barra até a joelheira	9,5	12,5	17,0	18,5	20,0	22,0	24,0	25,5	27,0	29,0	30,0	31,0	32,0	32,5



3) TECIDO

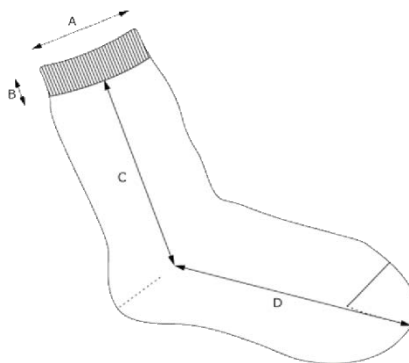
- a) Tecido: tactel 4 cabos 100% poliamida
- b) Armação: Interloque
- c) Composição: 100% Poliéster
- d) Gramatura: 170 gr (+/- 5%)
- e) Resistência ao Peeling: Grau 3 (mínimo)
- f) Resistência ao Estouro: 686 Kpa no mínimo.
- g) Estabilidade Dimensional: Comprimento (+/- 9%) e largura (+/- 9%)
- h) Solidez da cor a lavagem: Alteração $\frac{3}{4}$ mínimo e Transferência $\frac{3}{4}$ mínimo
- i) Solidez da cor a luz solar: Grau $\frac{3}{4}$ mínimo para alteração da tonalidade
- j) Solidez ao cloro: Grau 3 (mínimo) para alteração de cor
- k) Solidez da cor ao suor: Suor ácido alteração $\frac{2}{3}$ mínimo e suor alcalino alteração $\frac{2}{3}$ mínimo
- l) Cor: Azul Pantone 19-4050TPX
- m) Cor do galão lateral: BRANCO 100% poliéster microfibra

J) PAR DE MEIA ESCOLAR – Meia colegial com calcanhar verdadeiro gramatura 185g/m² no mínimo, cor da meia branca com listra marinho, o punho deve ser tecido misto de algodão, com canelado 1x1, cravado com elastodieno, liso internamente e externamente. Encolhimento: 15%, no Máximo. Alongamento: 15%, no Máximo. Composição da meia 60% algodão 37% poliamida 2% poliéster e 1% elastodieno. Fechamento: a meia deve ser costurada em malha remalhadeira. Todas as meias devem ser passadas de forma que apresentem nitidamente o calcanhar e biqueira da meia. **Tamanhos a serem definidos pela secretaria.**



2) TABELA DE MEDIDAS DE PRODUTO ACABADO – MEIA

Meia Branca (tipo “Colegial”)		P	M	G	GG	EG
Tamanho do calçado		22 a 25	26 a 29	30 a 35	36 a 39	40 a 44
Idade / anos		1 a 3	4 a 7	7 a 11	12 a 14	15 +
Peso (Gramas / Par)		16 gramas	19 gramas	23 gramas	26 gramas	30 gramas
A	Largura do Punho	6,5 cm	6,5 cm	7,0 cm	7,5 cm	7,5 cm
B	Altura do Punho	1,5 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,0 cm	2,5 cm
C	Comprimento total da perna	8,0 cm	9,0 cm	11,0 cm	13,0 cm	14,0 cm
D	Comprimento total do pé	13,0 cm	18,0 cm	22,5 cm	25,0 cm	27,0 cm





ANEXO II

LAYOUT DOS UNIFORMES







ANEXO III – Relação das Quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Agasalho Tactel em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com fechamento em zíper de poliéster médio descartável na cor branco com costura a 0,8 cm da borda, acabamento interno, no braço corte lateral em Tactel 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m medindo 5 cm, punho e cintura em ribana sanfonada e gola com o mesmo tecido do corpo do casaco. Com logomarca da Prefeitura no lado esquerdo do peito bordado medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	6.500
2	Avental Impermeável em PVC forrado na cor branca tamanho 0,70 x 1,20 m.	Unidade	200
3	Bermuda Tactel predominante em tecido 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal, galão na lateral de 5 cm em microfibra na cor branca com gramatura de 140 g/m e com bolso traseiro sobreposto do lado direito de quem veste a peça. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em maquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600
4	Calçado de segurança tipo bota, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano monodensidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação.	Unidade	400
5	Calça Tactel em 4 cabos de poliamida 100%, trama poliamida 78/68 texturizado, urdume poliamida 312/136 texturizado, com gramatura de 170 g/m na cor azul Royal Pantone 19-4050 TPX, com galão lateral em branco com 4 cm de largura. Cintura: elástico de 4 cm pregado na overlock, costurado com linha 100% poliéster 80. Ganchos: gancho na frente fechado em interlock, com linha 100% poliéster 80. Entre pernas: montado (fechado) em interlock com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm, com linha 100% poliéster 120, aplicação de travete de segurança na junção dos ganchos e entre as pernas. Barra: e 3,0 de largura, com costura na galoneira a 2 agulhas externas e trançado interno ou em máquina reta 1 agulha ou prespontadeira, com linha 100% poliéster 120. Laterais e viés lateral (friso embutido): montado nas laterais em interlock com aplicação de viés na malha PV (67% poliéster e 33% viscose) na cor branca embutida na costura, sendo o viés com largura de 0,3 cm. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	6.500
6	Camisa com manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica,	Unidade	14.000



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
	na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.		
7	Camisa Pré-Técnico gola V manga Curta, corpo na frente em branco, mangas em azul Royal Pantone 19-4050 TPX, nas costas parte em azul Royal Pantone 19-4050 TPX e a outra em branca a gola 100% acrílica com 3,5 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada. Silk Screen, sendo na frente do lado esquerdo Brasão da Prefeitura de Paracambi e no lado direito Pré-Técnico, nas costas centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	2.000
8	Camisa sem manga gola V manga Curta, gola 100% acrílica com 4 cm branca com 2 listras em azul Royal, medindo 3mm cada, 100% acrílica, na cor branca com 3,5 cm de largura, com 2 listras Azul Royal, medindo 3mm cada, costurada (pregada) em galoneira a 2 agulhas externa e trançado interno, costurada com 4,5 a 5,5 pontos/cm, com tolerância de 0,5 ponto por cm. Silk Screen, sendo na frente com 2 faixas (1ª em azul Royal, medindo 5 cm, com o Brasão do Município de Paracambi monocromático, no lado esquerdo e a 2ª verde primavera medindo 1 cm, com a escrita Educação no mesmo lado do Brasão).; na costa centralizado a logomarca da Prefeitura Municipal de Paracambi, conforme em anexo. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	13.000
9	Componentes do cabedal em sintético laminado 1.5 na cor azul Royal. Parte superior cabedal: feito em sintético laminado na cor Azul Royal, com espessura 2.0 com manta com 180 de gramatura; formado pela união das seguintes partes: Língua, Gáspea, Contraforte, Biqueira, Detalhe Lateral e Atacador. Língua: peça integrante do cabedal, situada na parte frontal do calçado subindo pela região do peito do pé. Confeccionado na cor Azul Royal, com sintético laminado de 2.0 com manta com 180 de gramatura, com um forro (pluma), na cor azul Royal com gramatura de 90 gramas. Dublada com espuma de 4 mm, sendo fixadas as laterais por costura, contendo sua interior espuma de 5 mm oferecendo melhor conforto e moldagem para os pés. Gáspea: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 perfurado na cor azul Royal, com manta com gramatura de 180 gramas, forrado com termo ponto cinza com gramatura de 200 gramas. Peça lateral: peça integrante do cabedal, confeccionado em sintético laminado 2.0 na cor Azul Royal com manta com gramatura de 180 gramas, fixada no termo ponto cinza com gramatura mínima de 200 gramas, através de cola spray por costura simples e com costura de zig para enfeite. Espelho: peça integrante do cabedal, confeccionada em sintético laminado 2.0 na cor azul Royal com manta de gramatura de 180 gramas sobre posta na gáspea, contendo 5 ilhoses prata de cada lado do cabedal. Forro Traseiro: o forro interno traseiro do calçado é confeccionado em pluma na cor cinza	Par	6.500
10	Par de meia escolar Meia colegial com calcanhar verdadeiro gramatura 185g/m no mínimo, cor da meia branca com listra marinho, o punho deve ser tecido misto de algodão, com canelado 1x1, cravado com elastodieno, liso internamente e externamente. Encolhimento: 15%, no Máximo. Alongamento: 15%, no Máximo. Composição da meia 60% algodão 37% poliamida 2% poliéster e 1% elastodieno. Fechamento: a	Par	6.500



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
	meia deve ser costurada em malha remalhadeira. Todas as meias devem ser passadas de forma que apresentem nitidamente o calcanhar e biqueira da meia. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.		
11	Shorts Saia: confeccionada em HELANCA, 100% poliéster, com gramatura mínima de 190g/m, variação permitida 5% (+/-), armação tipo Interloque, variação dimensional permitida (lavagem em máquina caseira) longitudinal (urdume) 1,2% (+/-), transversal (trama) 1,2% (+/-), na azul Pantone 19.4050 TPX. No contorno do sobrepano deverá ser sobreposto e costurado um galão medindo 1cm de largura na cor branca. A cintura deverá possuir elástico com largura de 4,0 cm embutido e rebatido com máquina de quatro agulhas ponto corrente. Aplicação de Bordado do Brasão do Município de Paracambi medidas acabadas no tamanho 60x45 mm, em 7 tonalidades diferentes, corte laser LA 27440 tempos em máquina 8 segundos, acabamento 100% engomada e amarração de Fios 3, produzida em tear eletrônico Migrem, de origem Alemã com fio 100 microns base de poliéster, com 48 batidas por centímetro quadrado. Tamanhos a serem definidos pela secretaria.	Unidade	3.600
12	Touca Branca com aba, rede e ribana de malha para cozinha.	Unidade	400

Ao Gabinete do Secretário solicitando autorização.

Glenio do Nascimento
Superintendente de Administração Educacional
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Gabinete do Secretário, em ____/____/2018.

- 1- Ciente.
- 2- Aprovo o presente projeto básico na forma apresentado.
- 3- A Secretaria Municipal de Governo, conforme preceitua o Decreto Municipal nº. 4.482/17.

Mariano Carvalho Almeida
Secretário Municipal de Educação e Esportes



ANEXO 7

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO Nº 2371/2018

LICITAÇÃO Nº **020/CPL/2018**

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos _____ dias do mês de ____ de 2018, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº _____, é celebrado o presente compromisso entre o MUNICÍPIO DE PARACAMBI, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado Município e a empresa _____ estabelecida na _____ CNPJ nº _____, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, natural do _____, residente e domiciliado na Rua _____, Cep: _____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, RG nº _____, de acordo com o processo administrativo nº **2371/2018**, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº **020/CPL/2018**, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Projeto Básico e demais instrumentos integrantes no Edital.



- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº **020/CPL/2018** e seu respectivo Projeto Básico.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Projeto Básico, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.32.00.00.00.

DOTAÇÃO: 641

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.1056

CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ _____** (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.



Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo–A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.



Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.



Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
 - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:



I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;



- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da PREFEITA, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.



Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.



Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

Pelo **MUNICÍPIO**

Pela **COMPROMITENTE**

TESTEMUNHAS

1 – _____

2 - _____



ANEXO 8 MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138294/0001-02, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada _____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

• ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
21º	DO FORO DE ELEIÇÃO



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI**, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo primeiro. Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- A CONTRATADA não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.
- coordenar e supervisionar os serviços contratados por meio de pessoal indicado para tal fim.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) prestar o objeto contratual de acordo com as normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste contrato e no projeto básico;
- b) executar, direta ou indiretamente, nos termos da legislação vigente, os estudos e os trabalhos necessários à elaboração e concretização dos serviços ajustados nos termos da cláusula primeira, observando sempre os critérios de qualidade técnica e prazos previstos;
- c) utilizar na execução dos serviços contratados pessoal que possua qualificação na área de abrangência das atividades que lhe foram confiadas;
- d) prover às suas exclusivas expensas e executar todos os serviços de acordo com o plano de trabalho apresentado;
- e) atender às solicitações do **MUNICÍPIO** prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às solicitações efetuadas dentro do escopo deste contrato;
- f) assumir responsabilidades legais técnicas e administrativas pela execução dos trabalhos técnicos ajustados;
- g) prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados na execução contratual, sempre que a ela imputáveis;
- h) manter absoluto sigilo sobre quaisquer informações, materiais, documentações, especificações técnicas, comerciais, operações e/ou outros elementos que tiver conhecimento em função dos serviços prestados;
- i) disponibilizar um preposto, sempre que necessário, para prover o que disser respeito a regular execução contratual;
- j) acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- k) realizar o reparo ou a substituição de peças e acessórios em no máximo 72 (setenta e duas) horas, caso seja constatado defeito em seu funcionamento.
- l) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- m) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- n) a empresa contratada deverá proceder as manutenções preventivas e corretivas, em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após ser chamada;
- o) atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual.
- p) cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- q) **A CONTRATADA, poderá contratar um percentual mínimo de funcionários que sejam oriundos do sistema prisional, conforme pleiteia o art. 40, § 5 da Lei Federal nº 8666/2017, incluído pela Lei Federal nº 13.500/2017 de 26 de Outubro de 2017.**



CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O valor total do contrato é composto de acordo com os preços unitários discriminados na proposta vencedora.

Parágrafo segundo. Consideram-se incluídos no preço previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.32.00.00.00.

DOTAÇÃO: 641

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.1056

Nota de Empenho: _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** iniciará a execução do serviço dentro de no máximo ____ (____) dias após recebimento da ordem de serviço.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento, conforme planilha estimada de pessoas que será emitida pelo **MUNICÍPIO**, sempre que necessário.

Parágrafo terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.



Parágrafo quarto. As inclusões ou exclusões de peças e acessórios ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.



Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro desta cláusula ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA – PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará os pagamentos devidos por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Primeiro – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis.

Parágrafo Segundo - Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratado.



Parágrafo Terceiro - Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo Quarto - Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.

Parágrafo Quinto - O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Oitavo - Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

Parágrafo Nono - As cobranças das parcelas de serviços serão feitas pela empresa que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores estabelecidos neste Contrato, deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal / Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópias de Termos Aditivos, se houver
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com o FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com o INSS

Parágrafo Décimo - O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

O CONTRATANTE, até _____ (_____) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.



Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de *03 (três) dias úteis* após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO MUNICÍPIO

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimo por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) correspondente as infrações do Grupo 1 e multa de 3% (três por cento) correspondente as infrações do Grupo 2, conforme Projeto Básico, que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d".

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.



Parágrafo quinto. O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.



Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

Parágrafo primeiro - O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO COM RESERVA DE ITEM PARA ME / EPP / MEI

LICITAÇÃO N.º 020/CPL/2018- SRP
PROCESSO N.º 2371/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 0100 – RECURSO PRÓPRIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.32.00.00.00.00.
DOTAÇÃO: 641
PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.1056
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.516.732,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 14:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 14:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (UNIFORMES), PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E PROJETOS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL PARACAMBI, Conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Ata de Registro de Preços
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

Ticiane Sarubi
Diretor de Licitação e Contratos

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	